

TURISMO DE NATUREZA

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

PARQUE NATURAL DE SINTRA-CASCAIS



2000 – 2006



ICN 

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nota introdutória

O presente Enquadramento Estratégico visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza nesta Área Protegida (AP) em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela Comissão Paritária no dia 19 de Julho de 2002.

Salienta-se que todos os projectos que incluam actividades e instalações de tipo turístico nesta AP devem estar sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e ainda ao disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto Lei Nº 47/99 de 16 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei Nº 56/02, de 11 de Março, Decreto Regulamentar Nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Nº 18/99 de 27 de Agosto.

Enquadramento Geral :

O Parque Natural de Sintra Cascais foi criado em 1994 pelo Decreto Regulamentar 8/94 de 11 de Março, em sequência do anterior estatuto de Paisagem Protegida, instituído em 1981.

Tipo de Ecossistema : **Costeiro e de Montanha**

Superfície : 14 583 Ha

Localização: **NUT II – Lisboa e Vale do Tejo**
NUT III – Grande Lisboa
Concelhos de Sintra e Cascais

Inserção em Redes Internacionais de Conservação – Todo o território do Parque está classificado como **Sítio da Lista Nacional de Sítios ao abrigo da Directiva 92/43/CEE (Directiva Habitats)**, aprovada em Conselho de Ministros pela Resolução nº 142/97 de 28 de Agosto.

Infraestruturas:

Centro de Interpretação e Sede : Rua Gago Coutinho nº 1 , 2710 Sintra
Telef. (351)(21) 9247200 – Fax. (351)(21) 9247227
e-mail : pnsic@icn.pt

Centro de Interpretação Ambiental da Peninha (em fase de instalação).

Núcleo de Informação de S. Pedro de Sintra (em projecto): Largo Sousa Brandão, São Pedro de Sintra.

Elementos Caracterizadores da Paisagem

A serra de Sintra e a sua orla marítima, constituem uma zona de grande interesse ecológico e cultural, com elementos geomorfológicos, florísticos e faunísticos e paisagísticos particulares. **Com uma altitude máxima de 528 m o maciço eruptivo de Sintra representa o elemento estrutural mais importante da paisagem da região.** Na sua orla costeira destacam-se o promontório de abrasão do Cabo Raso, o litoral de arriba baixa que vai da Cidadela à Ponta Alta, as arribas do Cabo da Roca e o litoral calcário de arribas altas que a partir daí se estende até à foz do Falcão.

A Norte da Várzea de Colares e abrangendo o Planalto de S. João das Lampas desenvolve-se uma paisagem fortemente humanizada marcadamente rural, e caracterizada por uma densa compartimentação dos campos de cultivo por sebes, geralmente mortas, muros de pedra seca ou caniço. As actividades agrícola e pecuária têm vindo a diminuir de importância face à marcada pressão urbanística.

A Flora e Vegetação

A Serra de Sintra representa uma mancha florestal de considerável dimensão, cujo revestimento vegetal primitivo eram carvalhais de carvalho cerquinho. Essa floresta original é quase inexistente, mas ainda é possível encontrar quase todas as espécies do género *Quercus* (carvalhos) espontâneos em Portugal. Deparamos assim com o sobreiro, a meia altitude das encostas viradas a Norte mais frescas mas menos expostas aos nevoeiros da costa, enquanto o carvalho-roble ou alvarinho resiste na humidade das vertentes mais a norte, na parte oriental. No andar inferior da serra, ocorre com frequência o carvalho-negral, estando o carrasco instalado por toda ela, embora preferindo as manchas mais secas, onde se intercala com a azinheira. Observam-se também plantas híbridas resultantes do cruzamento das várias espécies de carvalhos presentes. Contraindo-se a esta diversidade, o coberto arbóreo dominante continua a ser o pinhal e os povoamentos florestais mistos de pinheiro-bravo, eucalipto e acácias. **Uma avultada variedade florística exprime-se nas mais de nove centenas de espécies botânicas assinaladas como autóctones sendo cerca de metade mediterrânicas.** Perto de noventa são endemismos, alguns lusitanos como o *Omphalodes kuzinskyanae*, outros ibéricos como o *Ionopsidium acaule* e cinco restitos exclusivamente à região de Sintra, como a *Armeria pseudarmeria*, relativamente abundante no Cabo da Roca, a *Dianthus cintranus ssp cintranus* e a raríssima *Silene cintrana*. Esta vegetação natural é ameaçada pelo chorão, uma herbácea infestante de origem sul-africana que invade grandes áreas do litoral.

Vestígios de uma vegetação ribeirinha original são o ulmeiro e o freixo, que partilham com o amieiro, o choupo e o salgueiro a orla dos rios e ribeiras do Parque Natural.

População – Caracterização Sócio-Económica

Com densidades superiores à média nacional (28 368 habitantes, em 1991), o Parque Natural de Sintra – Cascais é das áreas menos povoadas da Área Metropolitana de Lisboa (2 532 193 habitantes, em 1991), registando as suas freguesias valores díspares. Assim, no limite sul encontramos a freguesia mais populosa – Cascais – com uma elevada densidade (1358 hab. / km²), em grande parte provocada pelo peso populacional da vila de Cascais. Ao caminharmos para norte as freguesias diminuem o seu número de habitantes, à excepção de S. Maria e S. Miguel onde o centro urbano de Sintra desenha uma densidade de 680 hab. / km². Predomina o tipo de povoamento disperso ao longo das principais vias rodoviárias: Alcabideche – Sintra; Alcabideche – Almoçageme; Sintra – Várzea de Colares; Colares – Praia das Maças – Azenhas do Mar; Sintra – Várzea – São João das Lampas – Assafra. De acrescentar que se tem verificado, na última década, uma tendência crescente para o estabelecimento populacional em núcleos urbanos.

O distrito de Lisboa (com uma população activa essencialmente terciária, em que o sector secundário é inexpressivo) encerra em si o Parque Natural, com o qual estabelece uma consonância quase perfeita nesta matéria. Segundo dados de 1991, 61.1 % da população trabalha em actividades do sector terciário, 33,7 % no secundário e apenas 5,2 % com profissões ligadas ao sector primário. Nas freguesias do concelho de Cascais (Alcabideche e Cascais) e em Colares, S. Martinho e S. Maria e S. Miguel, no concelho de Sintra, a grande maioria dos habitantes (mais de metade) tem uma actividade ligada ao sector terciário.

Enquadramento Histórico

Elemento dominante de toda a paisagem do Parque Natural de Sintra - Cascais, a serra de Sintra funciona simultaneamente como uma presença cenográfica para quem visita esta área protegida. O vocábulo Sintra nasceu muito provavelmente da palavra *cynthia*, símbolo da lua na mitologia céltica (Leal, A.S.A.B-, 1874). Os romanos chamavam-lhe *Mons Lunae*, o monte da lua, e aí feitos sacrifícios em sua honra. Essa carga mística, esse estigma com contornos quase sobre-naturais mantém-se até hoje.

Na região onde hoje se localiza o PNSC, deparamo-nos com vestígios dos primeiros homens do Paleolítico, os primeiros testemunhos de permanência humana. Este território foi posteriormente ocupado por povos de diferentes culturas, que se fixaram quer nos cumes da serra, quer em povoados junto ao litoral, desfrutando do contacto com o oceano e com bons portos. Durante cerca de doze séculos, romanos, visigodos e árabes, deixaram marcas profundas no *modus vivendi* das populações medievais perpetuando-se até à actualidade. Alguns dos seus traços são ainda observáveis em estruturas rurais, tais como o Casal Saloio, os sistemas de moagem tradicional (moinhos de vento e azenhas), os sistemas de captação de água, fontes e fontanários.

Paralelamente a uma sociedade rural que ocupou os solos mais férteis e planos, desenvolve-se na serra de Sintra um novo tipo de terratenência, a nobreza descobre os encantos deste território. Sobretudo a partir do séc. XIX, transforma a valência agrícola que as suas quintas e palácios representavam, em espaços de lazer e recreio, características que se mantêm até hoje.

Património Arquitectónico

Os Casais Saloios, moinhos e azenhas, são dos elementos mais significativos da arquitectura popular, reflectindo uma estrutura social, porque suportes de uma economia rural, marcada fundamentalmente pela subsistência. Descrevemos a seguir exemplos explicativos das diversas tipologias arquitectónicas que encontramos no Parque Natural de Sintra – Cascais.

O Casal Saloio é um conjunto construído, vernacular e rural, com valência agrícola. Localizado fora dos aglomerados urbanos, é constituído por uma unidade principal destinada à habitação, geralmente de dois pisos, e anexos para a lavoura, estábulos, currais, adegas, forno e lagar.

De origem oriental, os moinhos de vento existentes nesta zona e em toda a Estremadura, classificam-se tecnologicamente em moinhos de vento de torre fixa e tejadilho rotativo com sistema de tracção por meio de sarilho interior. As azenas, sistemas de moagem

accionados pela força da água, designam-se por azenhas copeiras de roda vertical com propulsão superior à frente. Tal como os moinhos foram progressivamente desactivados e estiveram legados ao abandono. Actualmente a grande maioria está transformada em habitações de carácter permanente ou periódico, ainda que subsistam moinhos abandonados.

Igrejas, Ermidas e Conventos: a arquitectura religiosa é uma forma de manifestação cultural e artística, tenha ela uma expressão erudita ou popular, que de certa forma caracteriza e identifica uma região no que tem de mais simbólico, se considerarmos as lendas que se associam aos locais, às festas e aos cultos. De acrescentar que no concelho de Cascais, as capelas e ermidas existentes estão relacionadas com as edificações militares de defesa que pontuam o litoral desde Lisboa.

As Quintas, Parques e Palácios existentes estão intimamente ligados a espaços e tempos de ócio da nobreza, a intensas vivências culturais e artísticas, que encontraram maior relevo no séc. XIX.

Arquitectura Militar: após a Restauração, foi delineada uma estratégia defensiva da barra do Tejo. Ao longo da costa, desde o Guincho até Lisboa, foram construídas pequenas fortificações que cruzavam fogo entre si, defendendo os areais, possíveis focos de desembarques das armadas inimigas. No concelho de Sintra sentimos a presença marcante do Castelo dos Mouros. Recuperado no séc. XIX por D. Fernando, segundo os cânones do Romantismo, é uma construção muçulmana, provavelmente do séc. VIII ou IX. Dentro do perímetro das muralhas encontra-se uma cisterna do séc. XIII.

Listagens de Património Edificado

No contexto deste Enquadramento Estratégico, e por constituir uma das suas linhas de força a valorização do património já identificado com interesse concelhio considera-se importante disponibilizar as listagens existentes no âmbito dos inventários municipais do património constantes dos Planos Directores Municipais respectivamente de Sintra e Cascais.

Concelho de Cascais

Extracto do catálogo-inventário municipal do património arquitectónico

Listagem anexa à alínea a) do número 2 do artigo 26º do regulamento do PDM de Cascais

Designação	Freguesia	Lugar	Localização
Azenha da Atrozela	Alcabideche	Atrozela	-
Sítio da Ribeira da Penha Longa	Alcabideche	Ribeira da Penha Longa	-
Sítio de Pisão de Baixo	Alcabideche	Pisão	-
Quinta do Pisão de Cima	Alcabideche	Pisão	-

Extracto da listagem constante do relatório técnico do PDM de Cascais

Farol de Stª Marta	Cascais	-	
Capela e Farol de Nª Srª da Guia	Cascais	-	
Marégrafo	Cascais	-	
Quinta de Vale de Cavalos	Alcabideche	-	

Como Imóveis Classificados de Interesse Público ou de Valor Concelhio temos no PNSC **um conjunto de nove fortes, fortins e baterias de protecção e defesa de Costa**, construções do sec. XVII e XVIII de tipo abaluartado :

Forte do Guincho ou das Velas, *IIP*

Forte da Galé

Bateria Alta, *IIP*

Forte da Crismina, *IIP*

Forte de S. Brás de Sanchete

Forte de S. Jorge de Oitavos, *IIP*

Forte de N^o Sr^a da Guia, *IIP*

Forte de St^a Marta

Conjunto da Cidadela de Cascais e Fortaleza de N^a Sr^a da Luz, *IIP*

(IIP - Imóvel de Interesse Público)

Extracto do catálogo-inventário municipal do património arquitectónico constante do Relatório do PDM de Sintra, capítulo 9. - O TURISMO: DO RECURSO À NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO

II - QUINTAS E CHALETS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
11	Quinta das Águas Livres	Séc. XVI	Belas	P.S.P.	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	*
12	Quinta da Alegria	Séc. XVIII	Seteais	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Aproveitamento Para Unidade Hoteleira
13	Quinta dos Alfinetes	Séc. XIX	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
14	Quinta do Almisques	Séc. XVIII	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Regular
15	Quinta da Amizade	Séc. XIX	Rampa do Parque Municipal (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	Aguarda parecer de vistoria para integração no Turismo Espaço Rural
16	Quinta da Arriaga	Séc. XVI	Pé-da Serra (Almoçageme)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
17	Quinta da Bela Vista	Séc. XVIII	Estrada Nova da Rainha	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
18	Quinta do Bonjardim	Séc. XVI	Belas	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	*
19	Quinta Dona Amélia	Séc. XVIII	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
20	Quinta da Capela	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	Turismo de Habitação
21	Quinta D. Diniz	Séc. XIX	São Pedro	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	Em Obras
22	Quinta da Fonte Nova	Séc. XVIII	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	*
23	Quinta da Fonteira/I.V.C.	Séc. XVI	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	*
24	Quinta dos Lagos	Séc. XIX	Largo Fernando Formigal de Morais (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
25	Quinta dos Lobos	Séc. XVIII/XIX	Caminho dos Frades (Sintra)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
26	Quinta da Madre Deus	Séc. XVIII	Carrascal	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
27	Quinta Mazzioti I.I.P.	Séc. XVIII	Colares	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
28	Quinta de Melindes/I.V.C.	Séc. XVI	Colares	Particular	Elevado	Sim/Regular Estado	Regular	
29	Quinta do Molha Pão	Séc. XVII	Belas	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	*
30	Quinta do Monte Sereno	Séc. XX	Serra de Sintra	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
31	Quinta de N.ª. S.ª do Monte Carmo	Séc. XVIII	Agualva	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	*
32	Quinta Nova da Assunção	Séc. XIX	Largo da Igreja	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
33	Quinta do Pé da Serra	Séc. XVIII	Almoçageme	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
34	Quinta da Penha Verde	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Sociedade Quinta da Penha Verde	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
35	Quinta da Piedade	Séc. XVI	Estrada Nova da Rainha	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
36	Quinta dos Pisões	Séc. XVI	Rua Barbosa de Bocage (Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
37	Quinta da	Séc.	Rua Barbosa de	Particular	Elevado	Sim/Bom	Bom	

	Regaleira	XIX/XX	Bocage (Sintra)			Estado		
38	Quinta do Relógio/ I.V.C.	Séc. XIX	Largo da Quinta do Relógio (Sintra)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	
39	Quinta da Ribafria/ I.I.P.	Séc. XVI	Rua Consiglieri Pedroso (Sintra)	Particular	Muito Elevado	Sim/ Bom Estado	Bom	
40	Quinta do Rio de Milho	Séc. XVIII	Colares	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
41	Quinta do Saldanha	Séc. XIX	Rua Luís de Camões (Sintra)	Patriarcado	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
42	Quinta de Santa Maria	Sécs. XVIII/XIX	Arrabalde Calçada da Trindade	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
43	Quinta de Santa Teresa	Sécs. XVIII/XIX	São Pedro	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
44	Quinta de São Sebastião/I.V.C.	Séc. XVIII	Sintra	Particular	Elevado	Sim/ Bom Estado	Bom	
45	Quinta do Senhor da Serra	Séc. XVI	Belas	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	*
46	Quinta do Vinagre	Séc. XVI	Colares	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
47	Chalet Biester I.V.C.	Sécs. XIX/XX	Estrada da Pena	Particular	Muito Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	
48	Chalet da Condessa d'Elba - I.I.P.	Séc. XIX	Parque da Pena	M. A. P. A. / S.E.C.	Elevado	Sim/Bom Estado	Mau	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público / (*) Fora do PNSC

VIII/A - CASAIS SALOIOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
120	Casal da Assafora/ I.V.C.	Séc. XVIII	Assafora (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	
121	Casal de Bombacias	A.T.	Bombacias (Montelavar)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	*
122	Casal do Cesteiro	A.T.	Montelavar	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Mau	*
123	Casais de Mem-Martins /I.V.C	A.T.	Mem-Martins	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Regular	*
124	Casal de Pianos	Séc. XVIII	Tojeira (São João das Lampas)	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Regular	
125	Casal da Quinta /I.V.C.	A.T.	Belas	Particular	Regular	Sim/Mau Estado	Regular	*
N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
126	Casal de Valmarinha	Séc. XVIII	Almoçageme	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público / (*) Fora do PNSC

VIII/B - MOINHOS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
127	Moinho de São João das Lampas	A.T.	São João das Lampas	Particular	Elevado	Sim/Bom Estado	Bom	Licença de exploração, concedida a Comissão Instaladora da Área de Paisagem Prot. Sintra/Cascais

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

VIII/C - AZENHAS

N.º Série	DESIGNAÇÃO	ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO	INTERESSE	ACTUAL ACESSO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
128	Azenha do Almogrove		Almogrove (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Bom Estado	Bom	
129	Azenha da Lage		Amoreira (São João das Lampas)	Particular	Regular	Sim/Mau Estado	Mau	

A.F.S. Administração Florestal de Sintra / A.T. Arquitectura Tradicional / C.M.S. – Câmara Municipal de Sintra / I.P.P.C. Instituto Português do Património Cultural / M.A.P.A. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação / P.S.P. Polícia de Segurança Pública / S.E.C. Secretaria de Estado da Cultura / M.N. Monumento Nacional / I.V.C. Imóvel de Valor Concelhio / I.I.P. Imóvel de Interesse Público

Peninha

A Peninha situa-se numa zona mais ou menos central do Parque Natural de Sintra – Cascais, constituindo como que um elo de ligação territorial entre Sintra e Cascais. Os 62 hectares da propriedade desenvolvem-se entre os 300 e os 488 metros de altitude, formando um dos pontos mais elevados da serra de Sintra, criando uma janela panorâmica sobre o Guincho, Cabo da Roca até ao Cabo Carvoeiro, linha de Cascais, barra do Tejo, Arrábida e Cabo Espichel. No entanto, a exposição das suas encostas torna-a sensível aos ventos fortes marítimos, de orientação norte e noroeste, portadores de nevoeiros de grande expressão, que a envolvem e isolam frequentemente ao longo do ano, tornando muitas vezes impossível a tarefa de alcançar paisagens tão longínquas. Essas características climatéricas provocam também um cenário de matos rasteiros, que alternam com blocos rochosos, fruto da utilização do espaço para a pastorícia.

Em 1991, o Instituto da Conservação da Natureza adquiriu a propriedade da Peninha, que, para além da riqueza paisagística, conta também com um importante conjunto edificado, a Ermida de São Saturnino e a Capela da Peninha.

A [Ermida de São Saturnino](#), constitui o monumento mais antigo da Peninha. Edificada após a conquista de Lisboa aos Muçulmanos em 1147, representa a afirmação territorial da nação portuguesa no território. Expressão do mais puro estilo românico, é uma construção robusta de forma rectangular, orientada no sentido sudoeste – nordeste. Abandonada, despojada de revestimentos, a sua história secular ficou por contar.

A [Capela de Nossa Senhora da Peninha](#), constitui um centro de romagem extremamente significativo num território vasto, fruto de um conjunto de lendas divulgadas a partir do séc. XVI. A sua actual aparência ficou a dever-se aos esforços do ermitão Frei Pedro da Conceição, canteiro de profissão, que ali se recolheu. Com a ajuda de esmolas e alguns companheiros, ergueu a capela e construiu os cem degraus em pedra, ainda hoje o único acesso à capela. De planta rectangular, compõe-se de uma nave simples e capela-mor, o elemento mais antigo do templo (1690). Esta última é revestida por um mosaico de variados mármore (assim como o púlpito) e retábulo de colunas torsas onde permanece a imagem da Virgem. As paredes da nave são forradas de azulejos, onde predomina o azul e o branco, que relatam vários passos da vida da Virgem (da autoria de vários pintores, apenas foi identificado o conjunto superior realizado por Manuel dos Santos e datado de 1711). Dignos de interesse são ainda as inscrições no mosaico. Feitas por romeiros indicam o nome e por vezes a data, indiciando a antiguidade de muitas delas. Frei Pedro da Conceição foi sepultado na nave da capela em 1726.

Actualmente encontra-se em fase de instalação o Centro de Informação e Educação Ambiental, tendo já sido feita a recuperação dos imóveis existentes, bem como o restauro da capela de Nossa Senhora da Peninha e as escavações arqueológicas na Ermida de São Saturnino. Com esta intervenção, o Parque Natural visa não só proporcionar ao visitante o contacto com valores naturais e culturais ímpares na região da grande Lisboa, como também dotá-lo de mecanismos informativos que lhe permitam relacionar e compreender o meio que o rodeia.

Actualmente e na perspectiva de revitalizar o conjunto recuperado da Peninha pretende-se promover um projecto de desenvolvimento local com uma valência turística. O programa, em traços gerais contempla, um centro de interpretação, um núcleo

museológico e uma exploração de ovinos de raça saloia associada à produção de lacticínios com certificação de origem.

Parque da Pena

Parque histórico de características marcadamente românticas, designado também por *Arboretum Nacional D. Fernando II*, o Parque da Pena passou para a tutela do Ministério do Ambiente em Julho de 1994. Foi construído por ordem d'el Rei D. Fernando II (1816-1885), que recusando a rigidez formal dos jardins clássicos e considerando o acidentado do relevo, a fertilidade do solo, a singularidade climática da serra e o carácter dos horizontes, planeou o Parque de modo a este se aparentar com uma ideia de naturalidade quase perfeita. Imaginou para esta zona ambientes diversos, contrastantes, em que a presença do insólito e do exótico fosse marcante. Projectou lagos ligados entre si por cascatas e importou, para as florestas e matas que imaginou, plantas de espécies representativas de vários pontos do mundo, a par de exemplares portugueses, num total de mais de duas mil espécies. Para além do palácio, no Parque da Pena encontramos ainda pavilhões, fontes e bicas, pequenos recantos e miradouros, que representam o seu património construído.

Actualmente estão em desenvolvimento trabalhos, projectos e obras, com vista à sua recuperação e dignificação. Assim, o Instituto da Conservação da Natureza promoveu a realização de um Plano de Recuperação, Reflorestação e Gestão do Parque da Pena, envolvendo o Instituto Superior Técnico e a Universidade de Aveiro. Suportado por um Sistema de Informação Geográfica, integra várias vertentes pluridisciplinares, num conjunto de informação/divulgação. Procurando compatibilizar todas as entidades intervenientes no processo, e dada a complexidade e dimensão do projecto Parque da Pena, foi promovida a criação de uma empresa pública a Parques de Sintra, Monte da Lua, SA. Esta entidade com a autonomia conferida e no sentido de uma administração da herança cultural e natural deverá levar a cabo a recuperação e reabilitação do conjunto patrimonial existente, dotará este Parque de serviços de apoio aos visitantes nos quais se incluem, gestão de serviços de manutenção, investigação no âmbito da Botânica e História de arte de jardins.

Parque de Monserrate

Deve o seu nome à suposta construção na Quinta da Boa Vista (actual área do Parque) de uma pequena capela votiva a N. Sr.^a de Monserrate, réplica da imagem em madeira de uma Nossa Senhora negra, venerada no Eremitério Beneditino de Monserrat, na Catalunha, Espanha. Situa-se na aba norte da serra e, tal como o Parque da Pena, passou a ser tutelado pelo Ministério do Ambiente em Julho de 1994.

Em 1856, Monserrate é adquirida pelo inglês Francis Cook que transforma a Quinta num dos principais jardins exóticos da era vitoriana. Cria cenários contrastantes que se sucedem ao longo de caminhos sinuosos por entre grutas, ruínas, recantos, cascatas e lagos sugerindo através de uma aparente desordem, o domínio da natureza sobre o Homem. Assim, e contando sempre com a presença das espécies espontâneas em Portugal (medronheiros, azevinhos, sobreiros, entre outros), organiza o jardim com

colecções de plantas de espécies oriundas dos cinco continentes, propondo-nos um passeio pelo mundo.

Monserrate foi propriedade da família Cook até 1947, altura em que é comprada pelo Estado Português. Em 1978 é classificado de Imóvel de Interesse Público.

O Parque de Monserrate está a ser alvo de estudos e projectos vários, que têm em vista a sua recuperação a médio e a longo prazo. As metodologias de restauro de estruturas, recuperação de jardins e restantes zonas verdes, serão exemplares mediante o recurso a técnicas originais e tradicionais. Também este Projecto será executado e gerido pela empresa pública Parques de Sintra, Monte da Lua, SA

Enquadramento Estratégico – Parte II

1. Compromissos e Objectivos

Os objectivos que presidiram à criação do Parque Natural de Sintra Cascais têm a seguinte repartição:

- gestão racional e conservação dos seus recursos naturais e paisagísticos;
- salvaguarda do património arquitectónico e histórico com promoção de uma arquitectura integrada na paisagem;
- apoio ao desenvolvimento económico e bem estar das populações locais de harmonia com os requisitos ambientais;

Os projectos a promover no PNSC no segmento de Turismo Natureza deverão ser consentâneos com aqueles objectivos e reconhecer a importância de uma actividade turística sustentável.

A circunstância deste enquadramento estratégico é uma oportunidade para definir a responsabilidade do PNSC no sentido de garantir a melhor integração da actividade turística no ambiente natural, cultural, económico e social bem como a coerência espacial e temporal do seu desenvolvimento.

No sentido de facilitar esta tarefa o Parque promoverá vários *fora* de profissionais de turismo e de outros actores do território de forma à integração verificável dos objectivos de um turismo responsável.

Os compromissos desejáveis entre o PNSC e os agentes turísticos envolvidos propõem-se segundo os objectivos estratégicos:

Aumento da qualidade da oferta turística

- ✓ Exigência de qualidade em todos os domínios - Os espaços de acolhimento dos visitantes e das actividades, os equipamentos, os estabelecimentos, os serviços ,a promoção e a comercialização;
- ✓ Procura de novas clientelas sensíveis à qualidade do ambiente;

Indicadores de verificação :

- questionários sobre o nível de satisfação dos visitantes disponibilizados nas unidades de alojamento, e nas unidades de animação turística e ambiental e postos de atendimento ao público de um modo geral;

Criação de uma oferta turística específica

- ✓ Valorização dos recursos estratégicos PNSC e a classificação da UNESCO Sintra Património Mundial – Paisagem Cultural, no desenvolvimento da oferta

específica “Turismo Natureza - PNSC”. Esta será orientada para a tomada de consciência ambiental e compreensão do papel do Parque.

Sensibilização do público

- ✓ **Interpretação e Educação Ambiental** – Prioridade para as iniciativas nestes domínios contemplando diferenciadamente os visitantes, os residentes, o público jovem e público escolar. O PNSC contribuirá para a elaboração dos conteúdos pedagógicos a serem desenvolvidos.
- ✓ **Informação do Público** – informação de qualidade e de fácil acesso sobre a oferta turística obviamente mas também, sobre a riqueza e sensibilidade dos ecossistemas. A AP assegurará a disponibilização de material informativo destinado aos turistas.
- ✓ **Marketing e promoção** – As acções de promoção das empresas turísticas ao valorizar o recurso estratégico PNSC deverão contribuir para a sensibilização dos visitantes bem como para a sua gestão no tempo e no espaço em ordem aos princípios de desenvolvimento turístico sustentável. Sempre que solicitado a AP no âmbito de iniciativas concertadas apoiará com meios logísticos, técnicos e tecnológicos.

Formação dos Agentes Turísticos

- ✓ **A formação constitui outra prioridade na estratégia de desenvolvimento turístico responsável.** Os programas de formação serão organizados em parceria por técnicos da AP, o Instituto Nacional de Formação Turística e os agentes turísticos associados. O PNSC, envolvendo sempre parceiros da administração central e local bem como os agentes económicos, promoverá seminários sobre o conhecimento do património local e o ordenamento do território.

Protecção e Valorização do Património Natural, Cultural e Histórico

- ✓ **Respeito pelas capacidades de carga e de acolhimento, preservação dos recursos naturais e valorização do património** – Consideração e enquadramento nas medidas específicas de ordenamento traduzidas nos Planos Especiais de Ordenamento do Território nomeadamente no Plano de Ordenamento do PNSC e Plano de Ordenamento da Orla Costeira em fase de finalização.

O PO do PNSC actualmente em fase de revisão irá considerar dois documentos anexos e que dele farão parte integrante, designadamente:

- PLANO DE ACÇÃO :TURISMO SUSTENTÁVEL – PNSC (SIVETUR – alínea a), nº 2, artº 6 Port. 1214-B/2000 de 27.12);
- CARTA DE DESPORTO NATUREZA (face ao enquadramento legal que a determina);

Relativamente ao POOC Sintra –Sado acompanhado pelo PNSC estão previstas áreas de projecto a desenvolver e executar em troços do litoral que conciliarão a protecção e valorização do património com os usos recreativos e turísticos .Os designados Planos de Arranjo da Orla Costeira / Planos de Praia e as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que contemplam programas para a execução de projectos a promover pelo PNSC, terão o suporte informativo adequado ao envolvimento das empresas turísticas como das principais interessadas no ordenamento e requalificação urbana destes troços costeiros. Prioritários e previstos para execução num curto prazo estão os PAOC da Praia Grande/Praia Pequena do Rodízio, Praia da Adraga , bem como as UOPG Cabo da Roca e Boca do Inferno .

- ✓ **Contribuição do turismo para a recuperação e dignificação do Património** .- As empresas turísticas contribuirão para a preservação dos espaços naturais na envolvência da locação das suas actividades. Deverão assegurar a conservação das áreas naturais notáveis de sua propriedade e seguir o aconselhamento da AP em matéria de protecção da Fauna e Flora. Igualmente assegurará e facilitará as tarefas de monitorização a realizar pela AP necessárias à conservação das espécies e habitats .

Desenvolvimento Económico e Social

- ✓ A política de aprovisionamento das empresas dará preferência aos produtos e serviços locais . Especial destaque para os produtos de agricultura biológica e produtos tradicionais locais, de forma a contribuir para a valorização da oferta junto dos seus clientes. Por sua vez a AP, compromete-se a promover a conjugação de diferentes sectores da economia local , de forma a que o turismo gere um impacte positivo.

Quadro de frequência turística

- ✓ **Conhecimento dos fluxos de visitantes** – Envolvimento e participação das empresas na tarefa da AP de seguir os fluxos de visitantes no espaço e no tempo de forma a medir os esforços de comunicação e de promoção.
- ✓ **Canalização dos fluxos de visitantes** - A empresa turística orientará os visitantes para as áreas menos sensíveis do território, bem como recomendará itinerários e percursos turísticos favorecendo uma melhor repartição no espaço .A AP desenvolverá e disponibilizará informação sobre o ordenamento das actividades de animação turística e ambiental, de forma consequente à referida repartição no espaço e também no tempo, dos visitantes.
- ✓ **Mobilidade e transportes** – Os visitantes e turistas serão incentivados a utilizar a rede de transportes públicos bem como a descobrir a AP através de veículos não poluentes ou mesmo através de percursos pedestres. Estes promovidos em

parceria entre o PNSC e as Autarquias deverão estar concretizados no terreno conforme as normas internacionais.

- ✓ **Gestão e integração dos equipamentos turísticos** – Relativamente aos novos equipamentos, a reabilitação do património edificado será preferido à realização de novas construções. A qualidade das construções e a sua integração na envolvente natural ou construída, constituem um factor de valorização. O Plano de Ordenamento do PNSC é o instrumento regulador que objectiva a referida qualidade e integração.

Ainda como reflexão consideramos a seguinte informação:

- ✓ Do lado da oferta actual de alojamento e restauração constata-se uma estrutura empresarial das PME - Turísticas sobressaindo as designadas micro-empresas muitas das quais de exploração familiar. Esta realidade concorre para as seguintes situações:
 - maior agilidade para se adaptar ao fenómeno da sazonalidade
 - flexibilidade na gestão empresarial,
 - baixo nível de risco relativo à sua dimensão empresarial
 - elevado risco financeiro ao nível pessoal.

Com o anterior contexto a **promoção das actividades sob o “chapéu” do Turismo Natureza deverão ser orientadas** :

- ✓ na responsabilização no seu sentido lato uma vez que todos os agentes turísticos têm influência decisiva sobre a imagem do PNSC que se constrói
- ✓ na concretização dos interesses empresariais e associativos como condição necessária para a competição

2 - Desenvolvimento de Projectos e Critérios de Valorização

O desenvolvimento de um projecto de Turismo Natureza deverá considerar os recursos estratégicos PNSC e de Sintra Património Mundial - Paisagem Cultural e **voluntariamente contemplar vários ou todos dos seguintes princípios orientadores** :

1 - A adopção de compromissos ambientais como os internacionalmente estabelecidos (vide anexo 1);

2 – Valorização do património classificado ou constante dos inventários municipais disponíveis, constantes da 1ª parte deste documento sendo no entanto passível de actualização .

- 3 – Promoção de benefícios directos ou indirectos para as comunidades residentes e ambiente local. Qualificação de espaços públicos, criação de equipamentos e serviços
- 4 – Desenvolvimento de programas de recreio, lazer e desportos com baixo impacte ambiental
- 5 – Demonstrar a efectiva integração dos domínios ambientais designadamente de conservação de energia, gestão do consumo da água, gestão de resíduos sólidos, ruído e outros que se traduzam numa maior eficiência na gestão da actividade.
- 6 – Promover processos de comunicação externa de carácter ambiental da empresa que vise como principais destinatários clientes e parceiros comerciais
- 7 – Promover processos de comunicação interna e envolvimento nas preocupações e objectivos ambientais da empresa bem como a respectiva formação dos recursos humanos .
- 8 – Contributo para a construção da “imagem de marca” Parque Natural de Sintra Cascais
- 9 - Verificação das complementaridades e sinergias existentes com as restantes componentes do produto “Turismo Natureza - Parque Natural de Sintra Cascais”
- 10 – Valorização da concretização de interesses das actividades económicas ou associados para actividades conjugáveis ou complementares
- 11 - Inovação e Criatividade como factor de competitividade e valorização ambiental.

3 - Desenvolvimento de projectos e critérios de selecção

A selecção de projectos candidatos a incentivos financeiros valorizará a integração dos anteriores princípios com as necessárias adaptações às especificidades das iniciativas empresariais.

Aplicar-se-ão cumulativamente os seguintes critérios de avaliação os quais poderão resultar em factor de exclusão de projectos, se não forem verificados e/ou demonstrados:

- Verificação de que não se trata de uma segunda habitação (condição aplicável aos serviços de hospedagem) - No espaço PNSC coincidem as existências de destino turístico, uma vez que integra a região da grande Lisboa, e de turismo residencial, em particular de segundas residências, que não se pretende neste âmbito promover.
- Qualidade do projecto de recuperação/reabilitação ou de construção quando se trate de centros de acolhimento ou instalações e equipamentos nas modalidades de actividades de animação ambiental
- Qualidade do projecto de integração paisagística ou de arranjos exteriores sempre que na instrução do processo de licenciamento tenha sido solicitado
- Compromisso de implementação de medidas ambientais
- Definição de limites de capacidade para infraestruturas (para actividades desportivas, parques de estacionamento, alojamento e restauração.
- A recuperação, reabilitação ou restauro de elementos ou conjuntos patrimoniais pontuarão positivamente qualquer iniciativa .

Anexo 1

Quadro 1 – Extracto da Carta de Turismo Sustentável (Declaração de Lanzarote) (OMT, 1995)

1 – O desenvolvimento do turismo deverá basear-se em critérios de sustentabilidade, o que significa que deverá ser ecologicamente sustentável a longo prazo, assim como economicamente viável, e ética e socialmente justo para as comunidades locais.

2 – O turismo deverá contribuir para o desenvolvimento sustentável, sendo integrado no ambiente natural, cultural e humano, deverá respeitar os frágeis balanços que caracterizam muitos destinos turísticos, em particular ilhas de pequena dimensão e áreas ambientalmente sensíveis. O turismo deverá assegurar uma evolução aceitável no que diz respeito à sua influência sobre os recursos naturais, a biodiversidade e a capacidade de assimilação dos impactes e resíduos produzidos.

3 – O turismo deve considerar os seus efeitos no património cultural, e nos elementos, actividades e dinâmicas tradicionais de cada comunidade local. O reconhecimento destes factores locais e o apoio à identidade, cultura e interesses da comunidade local devem sempre desempenhar um papel central na formulação da estratégias do turismo, particularmente nos países em desenvolvimento.

4 – A contribuição activa do turismo para o desenvolvimento sustentável, pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os actores implicados no processo, tanto públicos como privados, e deve basear-se em mecanismos de cooperação eficientes a todos os níveis : local, regional , nacional e internacional.

6 – Os critérios de qualidade orientados para a preservação do destino turístico e da capacidade de satisfação do turista, determinados conjuntamente com as comunidades locais e baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável, deverão ser objectivos prioritários na formulação de estratégias e projectos turísticos.

10 – Reconhecendo que a coesão social e económica dos povos do mundo é um princípio fundamental para o desenvolvimento sustentável, é urgente promover medidas que permitam uma distribuição mais equitativa dos benefícios e custos do turismo. Isto implica a mudança dos padrões de consumo e a introdução de métodos de fixação de preços que permitam a internalização de custos ambientais .

11 – Espaços ambiental e culturalmente vulneráveis, tanto agora como no futuro, deverão dar prioridade especial aos problemas de cooperação técnica e de ajuda financeira para o desenvolvimento do turismo sustentável. Igualmente deverá ser dado um tratamento especial a zonas degradadas por modelos de turismo obsoletos e de grande impacto.

14 – A definição de uma política turística de carácter sustentável requer necessariamente o apoio e a promoção de sistemas de gestão turística ambientalmente compatíveis, de estudos de viabilidade que permitam a transformação do sector, assim

como a implementação de projectos de desenvolvimento de programas de cooperação internacional.

16 – Deve ser dada uma atenção particular ao papel e às repercussões ambientais do transporte no turismo, e ao desenvolvimento de instrumentos económicos desenhados para reduzir o consumo de energia não renovável e encorajar a reciclagem e a minimização dos resíduos nas instalações turísticas.

17 – A adopção e implementação de códigos de conduta que favoreçam a sustentabilidade por parte dos principais actores que intervêm no turismo, principalmente a indústria, são fundamentais para o turismo poder ser uma actividade sustentável.

Fonte : Critérios para um Turismo Ambientalmente Responsável ; Rosário Partidário *at al* ; CEPGA

Quadro 2 – Directrizes ambientais da WTTC (Green Globe, 1994)

1. As empresas do sector turístico devem comprometer-se formalmente a desenvolver práticas turísticas compatíveis com o ambiente.
 2. Devem ser definidos e monitorizados objectivos para melhorar a prática ambiental das empresas.
 3. O compromisso ambiental deve abranger a globalidade da empresa.
 4. Devem ser encorajadas acções de formação e investigação com o objectivo de melhorar os programas ambientais a implementar.
 5. As empresas devem procurar implementar princípios ambientalmente saudáveis através de uma auto-regulamentação, considerando que uma regulamentação nacional e internacional parece inevitável e que uma preparação prévia é vital.
- Os programas de melhoramento ambiental devem ser sistemáticos e abrangentes. Devem ter como objectivos: identificar e continuar a redução de impactes ambientais, especialmente no que respeita a novos projectos.
1. Dar especial atenção às questões ambientais no que concerne aos processos de design, planeamento, construção e implementação.
 2. Ser sensível à conservação de áreas ambientalmente ameaçadas ou protegidas, espécies e potencial cénico, ao melhoramento das paisagens quando possível.
 3. Implementar práticas de conservação de energia.
 4. Reduzir a produção de resíduos sólidos e reciclar.
 5. Implementar um programa de gestão de águas para a bastecimento e de controlo de efluentes líquidos.
 6. Controlar e diminuir as emissões de poluentes atmosféricos.
 7. Monitorizar, controlar e reduzir os níveis de poluição sonora.
 8. Controlar e reduzir a utilização de produtos prejudiciais ao ambiente, como por exemplo asbestos, CFC's, pesticidas e materiais tóxicos, corrosivos, infecciosos, explosivos ou inflamáveis.
 9. Respeitar e apoiar objectos e lugares históricos e religiosos.
 10. Respeitar e apoiar os interesses das populações locais, incluindo o seu passado histórico, as suas tradições e cultura, e desenvolvimento futuro.
 11. Considerar as questões ambientais como um factor chave no desenvolvimento global dos destinos turísticos.

Fonte : Critérios para um Turismo Ambientalmente Responsável ; Rosário Partidário *at al* ; CEPGA

Para outras informações : http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html